










Segundo a Constituição de 1988, que rege o Brasil, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Diante disso, a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) deveriam  ar plenamente de sua cidadania, porém, isso não é devidamente respeitado.

A luta dos LGBTs contra a exclusão é contínua. A falta de representação dessa comunidade em cargos governamentais  tribui com o enfraquecimento de políticas públicas que os ampare. Com isso, o projeto de lei anti-homofobia, que tem por objetivo criminaliza-la no Brasil, foi arquivada, em 2015, após passar oito anos no Senado, sem aprovações. 

A impunidade às pessoas que se acham no direito de agredir ou até mesmo matar homossexuais,  aumenta o número de mortes dessa população. Em 2010, um rapaz foi agredido na Avenida Paulista por um grupo de adolescentes. Os agressores não foram punidos e o rapaz foi agredido apenas pelo fato de ser homossexual. Casos desse tipo, infelizmente, são frequentes nos noticiários, porém continuam impunes.

Em suma, a busca pela cidadania é busc  quente da população LGBT, que  sar da conquista de alguns direitos, ainda há  muita muito pela frente. O governo deveria aprovar a lei anti-homofobia, que diminuiria a impunidade e mostraria assim as consequências do preconceito e da intolerância. 